

EIXO 1

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Henrique Guimarães Coutinho¹

Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

henrique.guimaraes@fundaj.gov.br

Resumo

O artigo tem analisa os resultados da avaliação realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em 2010 do Plano de Ações Articuladas nos municípios do Nordeste com baixo IDEB. Foram entrevistados 187 presidentes de Conselhos Municipais da Educação, 2.886 pais ou responsáveis de alunos e, ainda, 2.873 alunos da rede pública municipal em 722 escolas distribuídas em 264 municípios do Nordeste e focalizando as dimensões da educação: gestão democrática, formação de professores, prática pedagógica e avaliação, e infraestrutura. Os resultados apontam avanços na participação na esfera escolar, mas registra dificuldades nos Conselhos Municipais que ainda carecem de maior presença da sociedade civil.

Introdução

O artigo discute os resultados da avaliação do Plano de Ações Articuladas nos municípios do Nordeste com baixo IDEB elaborada e executada pela equipe de pesquisadores da Coordenação Geral de Estudos Educacionais da Fundação Joaquim Nabuco (Recife) com a participação (financiamento) do Ministério da Educação - MEC. O estudo focalizou as seguintes dimensões da educação: gestão democrática, formação de professores, prática pedagógica e avaliação, e infraestrutura. Foram entrevistados 187 presidentes de Conselhos Municipais da Educação, 2.886 pais ou

¹ Pesquisados da Fundação Joaquim Nabuco lotado na Coordenação Geral de Estudos Educacionais (CGEE), Bacharel em Ciências Sociais (UFPE), Mestre em Ciência Política (UFPE) e Doutorando em Educação no PPGE da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

responsáveis de alunos e, ainda, 2.873 alunos da rede pública municipal de 722 escolas, distribuídas em 264 municípios dos nove estados da região Nordeste. Nesse contexto, dentro da dimensão gestão democrática, foi realizado um recorte em relação à participação social que deu origem ao presente artigo. A ideia é analisar e discutir os principais resultados relativos à participação dos pais ou responsáveis pelos alunos na esfera da escola e nos Conselhos Municipais de Educação, para tentar identificar os possíveis avanços, obstáculos e desafios relativos a esse processo de participação social como indicador de gestão democrática na educação e contribuir com o debate para a melhoria da qualidade na educação como objeto de lutas históricas do campo educacional no Brasil.

O campo da pesquisa foi delimitado com a elaboração de uma amostra² sorteada a partir de 762 municípios de menor IDEB determinados como prioritários pelo Ministério da Educação, no âmbito do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, instituído em 2007 (Resolução/CD/FNDE/Nº029/2007). A partir deste universo citado acima, foi elaborada uma amostra aleatória válida para o Nordeste, onde se aplicaram critérios de estratificação por estado e porte do município, capazes de contemplar e representar a totalidade dos 762 municípios de menor IDEB (< 3,0) no Nordeste, relativo aos dados de 2005, que foram priorizadas pelo PAR, em sua primeira fase. Escolheu-se a técnica de Amostra Aleatória Estratificada Proporcional (AAEpr) na qual os estimadores de variância da população são mais eficientes do que na Amostra Aleatória Simples (AAs). No caso específico, foi utilizado intervalo de confiança de 95% e erro amostral de 5%, padrão para esse tipo de estudo, chegando-se a uma amostra de 263,4 (arredondados para 264) municípios, entre os 762 do universo.

Com relação à estratificação, para o caso em questão foram utilizados dois estágios. No primeiro, foram levados em consideração os estados da Federação, na Região Nordeste, proporcionais ao número de municípios que existiam em 2007, elegíveis para o PAR (nesse caso, municípios com IDEB muito baixo). Em um segundo momento, respeitando as capacidades institucionais dos municípios, garantiu-se a equitativa distribuição por porte: pequenos municípios (até 10.000 habitantes), médios

² Escolheu-se a Amostra Aleatória Estratificada Proporcional (AAEpr) na qual os estimadores de variância da população são mais eficientes do que na Amostra Aleatória Simples (AAs). No caso específico, foi utilizado intervalo de confiança de 95% e erro amostral de 5%, padrão para esse tipo de estudo, chegando-se a uma amostra de 263,4 (arredondados para 264) municípios, entre os 793 da população.

(até 20.000 habitantes) e grandes (acima de 20.000 habitantes). Após esses procedimentos foram identificadas quatro escolas a serem visitadas, sendo as duas de maior e as duas de menor IDEB no município, entre as escolas urbanas. A pesquisa em tela é mais ampla e tem como objetivo avaliar o processo de implementação do PAR (Plano de Ações Articuladas). Para tanto, foram aplicados questionários diferenciados para secretários municipais, conselheiros, diretores, professores, pais e alunos.

O trabalho apresenta e discute os resultados referentes à participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Educação e dos pais e/ou responsáveis de alunos no contexto da escola contemplando as ações relativas à vida escolar dos alunos e as políticas e programas educacionais. O objetivo é observar as principais características da participação desses atores no contexto geral das ações educacionais nos municípios, no caso, especificamente, nos conselhos municipais enquanto representante da sociedade civil e ator diretamente interessado na qualidade da educação no nível municipal. São analisados também alguns resultados para os alunos com objetivo de se identificar se há promoção de cultura de participação no interior da escola para aqueles que deverão no futuro ser pais de alunos e cidadãos. Para isso será utilizada a perspectiva analítica fundamentada na abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball analisado no trabalho de Mainardes (2006) ao considerar ao que ele define como “contexto da prática” (local da interpretação e recriação da política pelos agentes escolares).

Nesse caso, estamos incluindo os pais e os alunos na pesquisa, como atores importantes na interpretação e materialização da política. Os trabalhos de Azevedo e Aguiar (2009) alertam para a complexidade das avaliações de políticas educacionais, uma vez que essas dependem diretamente da burocracia e de diversos atores locais, que quase sempre são os responsáveis pela implantação/execução de tais políticas. Os interesses locais podem contrastar com o caráter abrangente da política, além das disputas entre as diferentes forças sociais.

Desta forma a ideia geral do artigo consiste na construção de um recorte que resulta num diagnóstico ainda que parcial, por conta dos limites da pesquisa quantitativa, da participação de pais de alunos na esfera escolar e no âmbito dos conselho na busca de se compreender melhor a real dimensão dessa participação dos

pais no processo de acompanhamento e controle sobre as políticas públicas educacionais. Assim, é importante ressaltar que o debate sobre qualidade na educação resgata no contexto histórico o processo de municipalização/descentralização e procura situar as tendências deste processo implementado no Brasil para compreender de que modo às políticas e/ou programas do Governo Federal vão sendo incorporados à realidade dos municípios e às suas políticas educacionais, e vão de certa forma interagindo com a realidade local podendo provocar mudanças no que se diz respeito a movimentos de mais participação e maior controle da sociedade sobre as políticas educacionais, e que podem ser considerados como indicadores importantes de gestão democrática na educação na esfera municipal.

Nesse sentido, não devemos encarar esses movimentos dos pais de alunos, em relação à participação e controle social, como fenômenos auto-determinados e a partir de iniciativas individuais e racionais, é preciso compreender que eles são fortemente influenciados e constringidos pelo contexto (socioeconômico e cultural) e, ainda, possivelmente, pelo desenho das políticas educacionais em questão, que, em muitos casos, impõem ao poder local a inclusão da sociedade no processo como garantia de mais democracia na gestão educacional, e conseqüentemente maior transparência no uso dos recursos públicos. Os pais e/ou responsáveis representam um importante segmento que, potencialmente, pode até chegar a participar da formulação das políticas, mas certamente têm boas condições de participar de forma mais efetiva e significativa da implementação dessas políticas e do acompanhamento e fiscalização dos recursos. A escolha dos pais como parte integrante da amostra também se baseou no atual contexto da política em que a participação dessa categoria aparece como fator importante para a melhoria da qualidade na educação, tanto em termos de acompanhamento dos estudos quanto de controle social ou democratização da gestão. Além disso, há um relativo consenso na literatura (BARBOSA, 2009) que eles são atores importantes no acompanhamento da gestão escolar e que isso repercute diretamente no desempenho dos seus filhos.

A participação como instrumento de “empowerment” ou empoderamento das comunidades

A participação dos segmentos sociais deve ser vista como avanço social e fonte de “*empowerment*” ou empoderamento (aproximando o termo da língua portuguesa), para aquelas comunidades mais vulneráveis socialmente características de diversas regiões do nordeste brasileiro. Esse fenômeno é visto por Melo (2003) como um processo de fortalecimento dos recursos e das capacidades de setores pobres e excluídos da sociedade, que proporciona melhores condições a essas comunidades para participar de modo mais ativo do processo decisório e das implementações de decisões públicas que afetam suas vidas. Esse debate deve ser encarado como importante fator dentro do contexto de distribuição de recursos, no tipo da política oferecida, de como ela deverá ser oferecida no nível local e, sobretudo, no sentido de salvaguardar os espaços de participação social no âmbito dos conselhos gestores em torno das políticas e dos programas sociais, com o objetivo de se alcançar estratégias consensuais para a devida alocação e fiscalização de recursos públicos. Esses conselhos gestores devem funcionar também como canais de informação à sociedade, o que gera mais transparência ao processo.

Ainda de acordo com Melo (1996) já foi demonstrado que esse fenômeno de “empoderamento” possui efeitos, comprovadamente, positivos sobre esse tipo de comunidade, principalmente no que se refere a mais eficácia e eficiência nos processos de alocação de recursos públicos, uma vez que por meio de mais participação, se obtém, por conseguinte, maior controle social e mais transparência sobre as ações do poder municipal, isso como consequência dessa melhor condição adquirida pelos grupos sociais que ao se tornarem mais capacitados a participar do processo através do acompanhamento dos resultados e dos impactos gerados pelos programas executados, passam a pressionar o poder local pelos resultados desejados. Este mesmo autor aponta que esta ação pode proporcionar a incorporação de segmentos expressivos da população, que antes se encontravam excluídos, nos processos decisórios relativos à execução e fiscalização de políticas públicas. (MELO, 2003).

É relevante destacar também que Arretche (2003) defende que a participação para ser efetiva, qualitativa e democrática pressupõe alguns princípios básicos como: transparência, simetria de informações entre setores envolvidos (sociedade e Estado), qualificação dos membros dos conselhos gestores, comunicação e publicização dos resultados das reuniões aos segmentos sociais envolvidos, entre outras medidas democratizantes, levando a crer que esse modelo de descentralização das políticas

sociais teria o poder de conduzir a as burocracias locais a uma busca por uma adequação técnica além de serem forçadas a promover ações no sentido de estreitar relações com as comunidades, aumentando , portanto, as condições de participação e controle social na esfera municipal. Diante dessa breve discussão acerca da importância da participação e da inclusão de todos os segmentos sociais no processo de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas a seguir serão discutidos os principais resultados da pesquisa.

É importante ressaltar que o contexto dessa participação se materializa dentro do processo de descentralização da educação no Brasil que está diretamente relacionado com a retomada do federalismo que vem a consolidar o retorno da democracia no Brasil que são concretizados institucionalmente e juridicamente através da Constituição de 1988. Não é objeto do artigo se estender nesse debate sobre federalismo e democracia, mas é importante ressaltar o contexto em que as políticas educacionais se encontram nesse debate. Segundo Arretche (2002) as políticas educacionais começaram a ser descentralizadas desde década de 1960:

Diferentemente das demais políticas sociais brasileiras, que, no modelo consolidado nos anos 70 e 80, se centralizam no governo federal, o sistema público de ensino fundamental e médio encontra-se há muito descentralizado nos governos estaduais. Nesses níveis de ensino a atuação do governo federal concentra-se na Quota Federal do Salário Educação (QFSE) e na administração de recursos internacionais provenientes de organismos multilaterais.

A realidade dos sistemas de ensino fundamental e médio no Brasil em meados do fim da década de 1990 poderia ser retratada como um quadro onde havia uma grande universalização (acesso) e uma a quantidade muito ruim do ensino oferecido e o quadro pode ser sintetizado na seguinte afirmação: o Brasil apresentava bons indicadores de cobertura e péssimos indicadores de qualidade do ensino (ARRETCHE, 1999). A simples determinação constitucional se mostrou ineficaz e insuficiente para a melhoria do sistema de ensino público. Mas é bom ressaltar que o governo federal controlava de forma centralizada os recursos da educação e a sua distribuição ocorria sem qualquer discussão ou participação das demais esferas federativas.

Com isto pode-se observar que havia uma desconcentração de serviços educacionais oferecidos à população, mas não havia participação efetiva da sociedade no processo decisório, que dispunha dos Conselhos Municipais de Educação para efetivar esse processo. De acordo com Castro (1998) a partir da década de 1990 o sistema de ensino público passou por uma série de reestruturações e redefinições em suas hierarquias (fundamental, médio e superior), onde a esfera federal passou a atuar na posição de planejamento, regulação e avaliação dos programas, e ainda, promovendo inovações e transformações de caráter pedagógico.

Em função destas afirmações pode-se concluir que a esfera federal foi perdendo sua condição de executora direta e os estados e municípios vão assumindo essas responsabilidades, passando a compartilhar com o governo federal os custos do financiamento da educação no ensino fundamental e médio. Diante do exposto é fato que a participação da sociedade (principalmente pais de alunos) se torna um elemento indispensável para que se pense em melhoria na qualidade da educação. A seguir serão discutidos os principais achados da pesquisa em relação à temática proposta na discussão do artigo.

Apresentação e Discussão dos Resultados

A ideia dessa seção é demonstrar por meio dos dados empíricos a realidade atual no que se diz respeito à participação efetiva dos pais no âmbito, não apenas da escola, mas também no acompanhamento das políticas educacionais no nível local, e os principais desafios inerentes a esse processo participativo.

A tabela 1 mostra em quais segmentos sociais a participação dos pais se manifesta significativamente com o objetivo de comparar esse movimento de participação social com a existente nas esferas educacionais, notadamente a escola. Antes, porém, é importante estabelecer uma caracterização das pessoas entrevistadas e traçar um perfil das mesmas. Entre os entrevistados a média de idade foi de 39 anos, já a escolaridade média apresentou uma média de 6,44 anos de estudos (completados com sucesso) com 43% trabalhando. Foi identificado que 91% dos entrevistados pertencem

ao sexo feminino e 9% do masculino, sendo, portanto um universo majoritariamente dominado pelas mulheres, ou seja, de mães de alunos e, existe a hipótese de que isto pode gerar efeitos positivos nos indicadores de participação social e educacional.

Neste contexto percebe-se a existência de um percentual de quase 75% de pais que não participam de qualquer instituição como um indicador, ainda, elevado, mas ao mesmo tempo identifica-se um percentual de mais de 17% de participação em organizações sindicais e 8,5% participam de associações de moradores, conselhos, fóruns e movimentos sociais que não pode ser desprezado em se tratando de realidade brasileira. Esse percentual não deve ser encarado como baixo ou de forma pessimista por que demonstra certa evolução em relação aos índices históricos de participação no Brasil

Tabela 1 – participação dos pais e/ ou responsáveis de alunos em instituições da sociedade.

Respostas	Frequências	%
Não participa	2.135	72,3%
Sindicato	504	17,1%
Conselhos	63	2,1%
Associação de moradores	137	4,6%
Fóruns	4	0,1%
Movimentos sociais diversos	47	1,6%
Não sabem / não responderam	61	2,1%
Total	2.951	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010.* Questão estimulada e de múltipla resposta.

A tabela 2 demonstra o quadro de participação dos pais no âmbito da ambiente escolar dos filhos e de antemão é possível observar que é visível o quanto os índices de participação evoluem positivamente nesse aspecto através da pergunta em quais situações os pais participam da vida escolar dos filhos.. No caso da escola identifica-se um percentual de “não participação” dos pais de 57% (bem abaixo quando comparado com a situação descrita acima). Desta forma pode-se perceber que 45% dos pais participam de forma ativa da vida escolar dos seus filhos em atividades que vão de

reuniões com professores e pais (8,5%), passando por feiras de ciências e culturais (5%), palestras (6%) e até as festividades (7%) como evidencia a tabela 2 abaixo. Dessa forma os resultados apontam para um maior envolvimento dos pais ou responsáveis na vida escolar dos seus filhos e isso repercute nos índices de participação.

Tabela 2 – participação dos pais de alunos na escola.

Respostas	Frequências	%
Não participa	17.765	54,9%
Não sabe	626	2,0%
Não respondeu	71	0,2%
Reuniões de pais e professores	2.707	8,5%
Conversa com o professor do seu filho	2.662	8,4%
Reuniões com Conselho Escolar	718	2,3%
Reuniões com Conselho de Classe	627	2,0%
Feiras Culturais	913	2,9%
Feiras de Ciências	887	2,8%
Festividades	2.208	7,0%
Palestras	1943	6,1%
Atividades na escola nos finais de semana	311	1,0%
Ações de Manutenção (como voluntário/a)	188	0,6%
Ações de Manutenção como prestador de serviço	121	0,4%
Total	31.747	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010. * Questão estimulada e de múltipla resposta. Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta

A ideia na tabela 3 é mostrar o retrato da participação dos alunos na escola em atividades fora da sala de aula para buscar compreender qual a situação em relação aos estudantes e se a escola promove atividades que visem a participação como estratégia de formação, uma vez que os alunos serão os futuros pais e cidadãos de quem se espera uma condição participativa ativa nas políticas educacionais. O que se percebe inicialmente é que existem diversas atividades no ambiente escolar que promovem a

participação dos alunos e conseqüentemente criam condições para o desenvolvimento de uma cultura participativa a partir da escola.

Outro indicativo importante é de que apesar de mais de 65% dos alunos afirmarem que não participam de nenhuma atividade, a pesquisa identifica que 35% desses alunos participam de alguma atividade ou ação dentro da escola relacionadas a questões importantes como eleições, grêmios estudantis, festas, reuniões, feiras culturais e de ciências, festas, entre outras discriminadas na tabela 3 a seguir, o que permite que se conclua que, de certa forma, com mais um menos intensidade, as escolas se preocupam com essa questão e no futuro isso poderá ter efeitos positivos nos indicadores de participação das comunidades no acompanhamento e controle social das políticas educacionais.

Tabela 3- Participação dos alunos dentro da escola

Respostas	Frequências	%
Não	11.250	65,2%
Não sabem	269	1,6%
Grêmios estudantis	159	,9%
Eleição dos representantes de turma	666	3,9%
Eleição do diretor/diretoria	96	,6%
Feira de ciências	835	4,8%
Festas	2.444	14,2%
Ativ. Culturais (grupo de teatro, de dança, etc)	1.519	8,8%
Outro	9	,1%
Total	17.247	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010. * Questão estimulada e de múltipla resposta. Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta

Foi investigado, também no âmbito do estudo a existência ou não de conselhos escolares instalados dentro da escola, como indicador de interesse em promover e garantir, por meio de um espaço institucional, o exercício da participação dos pais na vida escolar dos filhos de forma organizada e sistemática. A pergunta feita foi se havia conselhos escolares e as respostas indicam que 34% dos pais/responsáveis disseram que existe conselho nas escolas dos filhos, mas quase 54% afirmaram desconhecer se existia conselho. O dado mais relevante é que apenas 10% afirmaram não existir

conselhos nas escolas dos filhos. Isso denota que grande parte das escolas tem conselhos escolares estabelecidos, como mostra a tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Existe conselho escolar onde seus filhos estudam?

Respostas	Frequência	%
Sim	979	33,9
Não	292	10,1
Não sabem	1.543	53,5
Não responderam	72	2,5
Total	2.886	100,0

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010. * Questão estimulada e de múltipla resposta. Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta

Em seguida o estudo busca analisar a participação dos pais de alunos ou responsáveis em instâncias participativas que extrapolam a escola, no caso específico da pesquisa em questão, os Conselhos Municipais de Educação. O objetivo é comparar essa esfera participativa, em relação à participação da sociedade civil, com a participação nas instâncias escolares realizadas anteriormente. A tabela 5 abaixo mostra de que forma são escolhidos os conselheiros, e os resultados apontam para uma baixa percepção de indicação política no processo, uma vez que apenas 4% dos respondentes afirmaram que existe indicação do prefeito contra 57% que afirmaram haver eleição em cada segmento para escolher seus representantes e 39% responderam que o segmento indica seus representantes para o conselho.

Tabela 5 – como são escolhidos os conselheiros do CME?

Respostas	Frequências	%
Eleitos pelos segmentos	107	57
Indicados pelos segmentos	72	39
Indicados pelo prefeito	8	4
Total	187	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010.

* Questão estimulada e de múltipla resposta.

Um dado bastante relevante diz respeito as representações por segmento dentro do conselho, quando foi perguntado aos conselheiros quais segmentos estão representados efetivamente na esfera dos conselhos podemos observar que 90% citou pais de alunos, 65% alunos da educação básica, 56% conselho tutelar, 33% ONG, ou seja, representantes diretamente oriundos da sociedade civil, isso denota que essas representações têm participação ativa nas reuniões dos conselhos. Mas é bom salientar que a Secretaria Municipal de Educação aparece em 96% das respostas, o que é esperado por que se trata da esfera institucional local responsável pela organização da rede e conseqüentemente com forte inserção no âmbito dos conselhos.

Tabela 6 – quais segmentos são representados dentro dos Conselhos?

Respostas	Frequências	%
Secretaria de Educação do Município	180	96
Professor da rede municipal	172	92
Pais de alunos	169	90
Diretor de escola municipal	160	86
Alunos da educação básica	122	65
Câmara Municipal	111	59
Conselho Tutelar	104	56
Sindicato dos Professores	101	54
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	86	46
Escola privada de educação infantil	76	41
Outras Secretarias Municipais	71	38
Organização NÃO Governamental	62	33
Representante de estabelecimento de ensino superior	31	17
Escola comunitária	25	13
Escola quilombola	7	4
Escola indígena	4	2
Outros	21	11
Não sabem	24	13
Não responderam	5	3

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010. * Questão estimulada e de múltipla resposta. Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta

E por fim foi perguntado quem estava no exercício da presidência do Conselho Municipal de Educação, e as respostas apontaram para uma situação interessante, já que os secretários municipais, em 17% dos municípios, estão no exercício da presidência do CME e se somarmos aos 28% referentes aos representantes da Secretaria Municipal de Educação, chegamos ao percentual de 45% dos municípios do Nordeste com a presidência do CME controlada pela Secretaria Municipal de Educação, enquanto que os membros da sociedade civil (entre eles pais ou responsáveis por alunos) estão no exercício da presidência do CME em 12% dos municípios. Um indicador importante é que em 29% dos municípios o exercício da presidência do CME está com os representantes das escolas públicas, ou seja, não está com a sociedade civil, mas também não é controlado pela Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 7 – O atual presidente do conselho é:

Respostas	Frequências	%
Secretário de Educação	31	17
Representante da Secretaria Municipal de Educação	53	28
Representante das escolas públicas	54	29
Representante das escolas privadas	4	2
Representante da sociedade civil	21	12
Diretor de escola	1	1
Representante do sindicato dos professores	8	4
Assessor do prefeito	4	2
Ex-secretário da educação	1	1
Representante do sindicato dos trabalhadores rurais	1	1
Representante dos funcionários públicos municipais	1	1
Legislativo (político)	2	1
Não sabem	6	3
<i>Total</i>	<i>187</i>	<i>100</i>

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010.* Questão estimulada e de múltipla resposta.

Considerações Finais

Os resultados dessa pesquisa mostram que é possível identificar alguns avanços na participação social, principalmente àquela relativa ao interior das escolas que contempla a vida escolar dos seus filhos, visto que essa realidade impacta diretamente no dia a dia dos pais e responsáveis, e pela escola, em muitos casos “convocar” os pais a participarem de algumas atividades. Mas também é possível identificar indicadores positivos de participação social efetiva nas instancias institucionais dos Conselhos Municipais da Educação, claro que estamos falando de avanços, ou seja, estamos muito distantes da situação ideal para a consolidação da gestão democrática e para a melhoria efetiva na qualidade da educação mas quando comparamos que outros estudos realizados anteriormente (como GUIMARÃES, 2009) é possível afirmar que esse processo participativo vem se ampliando e que os indicadores de participação na esfera do conselhos e também no exercício da presidência dessas instituições são Sinai robustos que a sociedade civil vai cada vez mais se inserindo nas questões e debates educacionais no nível local.

Referências

ARRETCHE, Marta T.S. (1999). Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº 40, pp111-141.

_____ (2002). Relações Federativas nas Políticas Sociais. Campinas: Educação Social, vol. 23, nº 80, pp. 25-48

_____ (2003) Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, fev. 2003 vol.18, no.51, p.7-10. ISSN 0102-6909.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de e GOMES, Alfredo Macedo. Intervenção e regulação: contribuição ao debate no campo da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 15, p. 95-106, jan/jul. 2009

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Desigualdade e Desempenho: Uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2009. 272p.

BRASIL. www.mec.gov.br, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Avaliação do sistema educacional brasileiro tendências e perspectivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio Comprido: v. 6, n. 20, jul./set., 1998.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna; COUTINHO Henrique Guimarães; MARQUES, Helena Maria de Barros. *Conselhos Gestores na Educação: perfil, discurso, funcionamento*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 47. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MELO, Marcus André (1996). Crise Federativa, Guerra Fiscal e “Hobbesianismo Municipal”: Efeitos Perversos da Descentralização? São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol. 10 Nº 3 , 1996.

_____ (2003). Empowerment e Governança no Brasil: Questões conceituais e análise preliminar de experiências selecionadas. Background paper. World Bank – Brazilian Office. DRAFT.

RIBEIRO, Wanderley. *Municipalização*. Os Conselhos Municipais de Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.